

Para além das tentativas de desmonte da EBC: reflexões propositivas sobre a comunicação pública brasileira

Maria Cristina Gobbi
Jéssica Monteiro de Godoy
Thiago de Souza Navarro

Introdução

Resultado de uma luta de pelo menos duas décadas, especialmente com a redemocratização, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) foi constituída primeiro pela Medida Provisória (MP) 398/07, substituída, logo depois, pelo Decreto 6.246/07 que cria a EBC, e consolidada pela Lei 11.652/08 no cenário brasileiro para gerir uma rede pública e nacional de veículos de comunicação, entre eles a TV Brasil, durante o segundo mandato do governo Lula (PT).

Em conformidade, teoricamente, com o princípio estabelecido no artigo 223 da Constituição de 1988 e com as melhores práticas de comunicação no âmbito do capitalismo internacional, como a britânica BBC¹ e a estadunidense PBS,² em suma, a empresa surge em observância ao direito à liberdade de expressão, à informação jornalística, às manifestações culturais, à medida que assegura o livre debate de ideias, no atendimento ao interesse público. De outro modo, “as emissoras públicas foram criadas para proteger a vitalidade dos debates e das manifestações culturais que a sociedade deve pautar, produzir e entabular em seu domínio civil próprio” (Bucci, 2010: 7).

Em teoria, já que a predisposição à participação popular, bem como a autonomia em relação ao mercado e aos governos, garante, na prática, mais força e qualificação ao adjetivo “público” (Pereira, 2009), que, neste caso, tem como premissa pertencer a todos (Matos; Hazin, 2008). A presença de um Conselho Curador foi pensada, entre outras atribuições, para resguardar o equilíbrio ideológico da linha editorial da EBC.

Para isso, estabeleceu-se que, em sua maioria, seria composto por membros da sociedade civil organizada. Afinal, uma comunicação pública deve oferecer conteúdos diversos (em gêneros, formatos e ideologias), baseados em diretriz autônoma para fiscalizar governos e abordar de forma crítica o consumo e as próprias leis estabelecidas pelo mercado (Bucci, 2010). Bucci esclarece que:

As emissoras públicas, em suma, existem para ajudar a sociedade a realizar o ideal da imprensa - que é instituição social, independente do Estado, em que vige a liberdade de expressão, incumbida de fiscalizar o poder. (...) Independência, portanto, não é isolamento, mas autonomia de critérios de decisão e de procedimentos. É o distanciamento crítico em relação ao poder político ou estatal e em relação ao mercado. De modo algum implica uma postura de autossuficiência ética, cultural e jornalística. A emissora pública não deve prestar contas ao governo nem ao capital, mas isso justamente porque as presta, recorrentemente, ao público e à sociedade. (Bucci, 2010: 6-7)

Em 2007, ano de sua implantação, foi realizado o Primeiro Fórum Nacional de TVs Públicas, em Brasília, convocado pelo Ministério da Cultura. Dentre os documentos resultantes do evento, destaca-se a Carta de Brasília, texto base para a implantação da TV Brasil (Carvalho, 2013). Dois anos depois, o segundo fórum foi realizado com o intuito de pressionar o Congresso Nacional para aprovar a regulamentação dos artigos 223 e 221 da Constituição (Burini, 2010), que resultou na segunda versão do documento.

Nas duas ocasiões foram discutidos caminhos para o avanço da comunicação pública, a partir de reivindicações de pesquisadores e representantes da sociedade civil organizada. Essas demandas permeavam o investimento na Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP) e a capacidade para conquista de audiência pela TV Brasil. Conforme Bolaño e Brittos (2008) não houve debate verdadeiro nas ocasiões, considerando o choque das propostas com os interesses da mídia tradicional, que, por isso, não esclareceram a população brasileira sobre o papel da comunicação pública.

Em um país abalizado pela presença hegemônica de emissoras comerciais durante décadas, a entrada em cena de uma comunicação pública, teoricamente em nível nacional, é um marco e um longo caminho para driblar, até mesmo, os hábitos de consumo comercial de televisão (Bolaño, 2015). Afinal, é óbvio pensar que os anseios da maioria dos brasileiros correspondam com os conteúdos e a perspectiva divulgada pela grande mídia. É a fabricação do consenso (Said, 1995).

Somado a isso, a continuidade da ausência de um debate claro e aberto junto à sociedade (Araújo, 2014), assim como o sufocamento e a distorção do tema no agendamento político das mídias comerciais, que detém grande parte da audiência, torna frágil a defesa pública do que é direito de todos os brasileiros.

No início da década atual, Bucci (2010: 14) já escrevia que o caminho trilhado pela comunicação pública no Brasil seria “tortuoso, traiçoeiro, e que [haveria] mais por fazer do que normalmente se admite”; entretanto, não significaria que não estaríamos caminhando rumo à efetivação prática dessa comunicação.

Seria um caminho cheio de obstáculos por motivos evidentes: não chegamos nem próximos de vivenciar um contexto ideal quanto ao equilíbrio midiático proposto pela Constituição, uma vez que não há regulação do tema no país. Também não nos aproximamos quanto à autonomia na EBC, principalmente devido às ingerências do governo federal a partir do financiamento e da gestão da empresa (Godoy, 2015), ao que Bucci (2010) considera pilares básicos da comunicação pública; sem falar nas oscilações no campo político.

Esses obstáculos, que provocaram efeitos diretos na EBC e, consequentemente, na TV Brasil, estiveram ainda mais claros, principalmente em 2016, com perda de apoio do governo de turno de Dilma Rousseff (PT) e, posteriormente, a entrada do governo presidido pelo até então vice-presidente da República, Michel Temer (PMDB): primeiro, depois de um afastamento de três meses de Rousseff e, em seguida, com a efetivação no mês de agosto, após a consolidação do processo polêmico de *impeachment* no Senado Federal (Garcia et al., 2016).

São essas mudanças na EBC, aprofundadas pela Medida Provisória 744/16 e consolidadas pela Lei 13.417/17, com consequências no caráter da comunicação pública, observáveis na programação da TV Brasil; bem como a reiteração do argumento da defesa da necessidade e importância da comunicação pública para a democratização da informação na sociedade brasileira; assim como seu contrário, ou seja, os efeitos em termos sociais, culturais, econômicos e políticos do tratamento secundário relegado à emissora a partir de 2016 e, principalmente, com o governo Temer, que vamos tratar neste artigo.

A EBC na berlinda antidemocrática

O ano de 2016 foi marcado por disputas políticas e investidas da mídia comercial contra vários direitos da população brasileira, entre eles, e ao que interessa a este artigo, a Empresa Brasil de Comunicação. Rotulada de “chapa-branca”³ pelas empresas comerciais e pelas concessões públicas outorgadas à iniciativa privada, essa adjetivação foi reforçada pela própria Lei 11.652/08 que criou a EBC e estabeleceu sua gestão e pelo Decreto 6.689/08 que definiu o estatuto social da empresa e que, assim como a lei citada, expressa o vínculo com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), responsável pela assessoria do governo federal. A Lei 11.652/08 preconizava e preconiza, mais ainda depois da MP 744/16 e Lei 13.417/17, possibilidade de ingerência governamental.

Antes era prevista nessa lei a nomeação dos cargos do Conselho de Administração e Diretoria Executiva pelo Presidente da República em exercício. O ministro

da Secom indicava o presidente da EBC, no caso. Além disso, a referida lei também admitia a designação pelo Presidente da República de um membro do Tesouro Nacional, na composição do Conselho Fiscal, quatro Ministros de Estado e dois membros indicados pelo Congresso Nacional, cada um representando uma Casa no Conselho Curador, além do vínculo com a Secom. A extinção e/ou readequação de ministérios e secretarias com *status* de ministério, entre eles, do Ministério das Comunicações e da Secom, um dia após o início do governo interino de Temer, abriu prerrogativa para alteração nessa lei (Primeira..., 2016).

Com a MP 744, adotada pelo presidente da Câmara dos Deputados em exercício, Rodrigo Maia (DEM), em seu primeiro dia na função como presidente interino do Brasil, após viagem presidencial de Temer, as nomenclaturas com prerrogativa de indicação mudaram (por exemplo, com a Medida Provisória, o Presidente da EBC passa a ser indicado pelo Ministro Chefe da Casa Civil).

Em termos práticos, porém, a Empresa Brasil de Comunicação segue com possibilidade de ingerência de governo de turno, acentuada com a extinção do Conselho Curador - deliberada pela Medida Provisória 744 e consolidada pela Lei 13.417/17 - que era o termômetro da linha editorial dos veículos geridos pela EBC, colocando em xeque a caracterização jurídica de empresa pública não governamental, portanto, sua existência e avanços até então.

Antes da MP 744 e da Lei 13.417/17, o artigo 19 da Lei 11.652/08 determinava que o cargo de diretor-presidente fosse ocupado por nomeação do Presidente da República por quatro anos; só sairia do cargo por renúncia, por hipóteses legais ou deliberação do Conselho Curador. Isso significa que sua permanência ou alternância não estaria vinculada a mudanças de governos. A lei de 2008 ainda dizia que somente o Conselho Curador poderia emitir voto de desconfiança ao cargo de diretor-presidente (dos 22 membros, 15 eram indicados pela sociedade civil organizada).

Conforme divulgado no Diário Oficial da União, entre 2007 e 2011 esteve à frente da EBC como Diretora-Presidente, a jornalista Tereza Cruvinel (Maltchik; Damé, 2011); o também jornalista Nelson Breve ocupou o cargo entre 2011 até junho de 2015 (Américo..., 2015). Breve foi substituído por outro jornalista, Américo Martins, então diretor-geral da EBC, que ocupou o cargo até fevereiro de 2016, quando renunciou por motivos pessoais, segundo ele (Cristina, 2016).

Houve, então, uma vacância de três meses. Nove dias antes da abertura do processo de *impeachment*, que afastou por 180 dias a então presidente Dilma Rousseff, um novo diretor-presidente para a EBC foi nomeado: o jornalista Ricardo Pereira de Melo, que deveria permanecer no cargo até 2020, como fixado pela Lei 11.652 (Dilma..., 2016).

Uma das primeiras medidas tomadas ilegalmente pelo presidente interino foi exonerá-lo do cargo no dia 17 de maio e, no lugar, nomear outro jornalista, Laerte Rimoli, no dia 20 do mesmo mês (Ribeiro; Monteiro; Perón, 2016). De acordo

com nota divulgada pela Diretoria Executiva da EBC antes da exoneração, a decisão “viola[ria] um ato jurídico perfeito, princípio fundamental do Estado de Direito, bem como um dos princípios específicos da Radiodifusão Pública, relacionado com sua autonomia em relação ao governo federal”. O Conselho Curador também se pronunciou na ocasião sobre não haver “amparo legal para substituições extemporâneas” (Chagas, 2016).

Melo recorreu no Supremo Tribunal Federal (STF) com mandado de segurança para que houvesse a reversão do ato do presidente em exercício (Pimentel, 2016a). Do outro lado, o presidente interino cogitou, ainda em maio, a preparação de uma MP para alterar a Lei de 2008, acabando com o mandato de quatro anos do diretor-presidente e reduzindo a atuação do Conselho Curador, o que aconteceu com a MP 744 (Monteiro, 2016).

Em coluna de Mônica Bergamo no jornal Folha de S.Paulo (Bergamo, 2016), a jornalista destaca a diferença entre o perfil de Melo e Rimoli. O primeiro, conforme a coluna, fez sua carreira em diversas mídias comerciais e o segundo está ligado à militância política, perfil controverso em relação ao cargo máximo de uma empresa que se pretende pública, uma vez que se questiona o compromisso com o pluralismo e a diversidade inerentes a esse tipo de comunicação expressas no Capítulo II, Art. 20, item VI “da Finalidade, Princípios, Objetivos e Competências” do Decreto 6.689/08: “não discriminação religiosa, político partidária, filosófica, étnica, de gênero ou de opção sexual”.

A diferença entre o perfil de Rimoli, que já ocupou vários cargos públicos ou ligados a partidos políticos, e o de Ricardo Melo, que antes de assumir a EBC tinha seguido toda a carreira na iniciativa privada (ele foi editor e colunista da Folha, editor das TVs Bandeirantes e Globo e chefe de redação do SBT), já está circulando na internet, onde Rimoli tem destacada militância contra o PT. O novo diretor da EBC posta ou compartilha frequentemente textos contra Dilma e Lula. Num deles, pouco depois do impeachment, disse: “Dilma não tem vergonha de ser ridícula. Vai à Nova York, capital do mundo, diminuir as instituições brasileiras. Mulher enjoativa”. Em outro, pediu: “Fala sério, Dilma, tenha humildade. Vai pra casa. Sua desastrosa passagem pelo poder está registrada. Não torne as coisas mais dramáticas”. E, em outro: “Xô PT. Xô Dilma. Xô Lula. Chega de sujeira...”. (Bergamo, 2016)

Em 2 de junho de 2016, o ministro do STF, Dias Toffoli, acatou pedido de Melo e o reintegrou ao cargo por meio de uma decisão liminar e, portanto, provisória, até o julgamento definitivo pelo STF, uma vez que o magistrado considerou que na criação da lei, o objetivo com o mandato do diretor-presidente da empresa, não coincidente ao do presidente da república, significava uma tentativa de se obter certa autonomia para o exercício da radiodifusão pública (Oliveira, 2016).

Com a MP 744, em setembro de 2016 e, posteriormente com a Lei 13.417/17 ficou permitida a nomeação e a exoneração do diretor-presidente da EBC, pelo Presidente da República, a qualquer tempo. Em outras palavras, além de fundamentar o desmonte da EBC, a medida foi aprovada para legalizar a saída de Melo e a posse de Rimoli. Em 8 de setembro, a liminar expedida pelo ministro do STF, Dias Toffoli, foi revogada e, com isso, Laerte Rimoli reassumiu a presidência da EBC em definitivo (Pimentel, 2016b).

Nesse ínterim *pré-impeachment*, programas que faziam parte da grade da TV Brasil foram extintos, como o Espaço Público e o Brasilianas.org, como aponta o site da emissora, cujas últimas edições foram exibidas em maio de 2016 (TV Brasil, 2016). Também saíram do ar os programas Observatório da Imprensa, com Alberto Dines, Estúdio Móvel e Arte do Artista, além das transmissões de jogos das Séries C e D do Campeonato Brasileiro de Futebol (Censura..., 2017). A comentarista de política Tereza Cruvinel, que tinha contrato de pessoa jurídica, foi dispensada (Cruvinel, 2016a) e o apresentador e comentarista Paulo Moreira Leite foi demitido (Rosario, 2016a). Os profissionais da EBC passaram ainda a conviver com censuras diárias e direcionamentos de pautas favoráveis ao governo (Censura..., 2017).

Em matéria publicada quase um mês depois da MP 744/16 e posterior à volta de Laerte Rimoli, pelo jornal Folha de S. Paulo (EBC..., 2016), além da citação do nome de Cruvinel e Paulo Moreira Leite com contratos rescindidos publicados no Diário Oficial da União, constam também os de Sidney Rezende (com programa na Rádio Nacional e contratado ao programa Repórter Brasil), Lúcia Scarano de Mendonça (então na direção do Espaço Público e Brasilianas.org), Emir Sader (cientista político e comentarista do Repórter Brasil), Luis Nassif (responsável pelo programa Brasilianas.org e comentarista do Repórter Brasil) e Paulo Markun.

Em 17 de junho de 2016, o jornal Folha de S. Paulo (Wiziack, 2016) publicou uma matéria onde realça no título a pretensão de Temer em reduzir a atuação da EBC e fechar a TV Brasil. A informação divulgada era a de que nos dias que se seguiriam o Presidente da República enviaria ao Congresso Nacional um projeto de lei reduzindo os custos e a atuação da empresa, com o fim do Conselho Curador, além do fim do mandato de presidente (o que afastaria definitivamente Melo do cargo, que, como afirma a Folha, esse seria o motivo da pressa de Temer por rever a lei), na qual enfatizou: “a ideia da equipe de Temer é fechar a TV Brasil” (Wiziack, 2016). Uma parte disso já se consolidou com a MP 744/16.

Em contrapartida, em 2017, a Lei Orçamentária Anual (LOA) (Brasil, 2017) para a EBC foi de quase R\$ 708,5 milhões. Embora a previsão fosse de diminuição de custeio, a comunicação, ainda mais nos moldes que está se apresentando, trata-se de setor estratégico para o governo de turno. Na conjuntura atual, o aumento do orçamento não reflete em uma programação diversa e plural, portanto de qualidade que se espera de uma emissora pública não-governamental. Ainda, se comparado

aos dois anos anteriores, em 2015 o orçamento executado foi de R\$ 557,2 milhões e o LOA de 2016 de 657,4 milhões, assim, o crescimento não foi significativo.

Ademais da informação divulgada, o jornal Folha de S. Paulo (Wiziack, 2016) demonstra em seu texto um tom claramente contrário à comunicação pública quando enfatiza que: a Rede Globo já exibe documentários da BBC; a EBC tem consumido mais dos recursos provenientes da União no decorrer dos anos e mesmo assim, segundo o jornal, continua expressando ‘traço’ de audiência, colocando, desse modo, a audiência como meta da emissora, ao levar o leitor a crer que se trata de um uso inútil de dinheiro público; fontes em *off*² criticaram a contratação de profissionais “pró-PT”, a partir de 2011, para cargos de comentaristas e apresentadores de programas; o projeto Brasil 4D é chamado no intertítulo de “sem lógica”, reduzido à comparação com a tecnologia ginga presente na fabricação de televisores.

Contudo, a função da TV Brasil vai além de simplesmente retransmitir documentários importados, como os da BBC. Este é apenas um dos programas na grade da emissora, que deve ter como meta principal a exibição de conteúdos diversos e que encontram pouco espaço nos canais comerciais, evidenciando a necessidade de sua coexistência com esses veículos. O Plano de Trabalho da EBC vem demonstrando, desde 2011, informação contrária à afirmada pelo jornal Folha de S. Paulo quanto ao orçamento da EBC. Em 2011, a verba recebida do Tesouro Nacional era de R\$ 461 milhões, e em 2013 caiu para R\$ 401 milhões (Conselho Curador, 2013). A maioria desses recursos é destinada à TV Brasil.

Diferentemente da mídia comercial que depende da audiência para conquistar anunciantes, essa não é a meta da EBC. Não são permitidos anúncios comerciais; além do Tesouro, a empresa é mantida com recursos próprios provenientes de doações, legados, subvenções e patrocínio cultural, por exemplo, como confere a Lei 11.652/08.

Comparação desproporcional e desonesta seria tentar, por exemplo, explicar a audiência da TV Brasil e da Globo em mesmo patamar, uma vez que a segunda, além de comercial, está na cena brasileira há mais de meio século e teve incentivos, diferentemente da TV Brasil, para expandir sua rede de emissoras em canal aberto, por todo o país, durante a ditadura militar (Barbosa; Ribeiro, 2005; Santos; Caparelli, 2005). Naturalmente, o aumento da audiência é desejável, mas não é a prioridade que, em realidade, objetiva na qualidade do conteúdo e na formação de cidadãos (Carvalho, 2013).

Podemos elencar alguns números também em relação à audiência: 32 milhões de pessoas assistiram todos os dias à TV Brasil, por TV aberta, em seis das principais capitais, segundo pesquisa de mídia de 2014. Além disso, 55 geradoras e 728 retransmissoras fizeram parte da RNCP nesse mesmo ano. Apesar do dado significativo, “o público é reduzido e concentrado nas grandes capitais” (Conselho Curador, 2015a: 24).

Há expectativa com a parceria entre a EBC e os Ministérios da Saúde, Educação, Cultura e Secom “para implantar estações digitais nas 283 cidades brasileiras com mais de 100 mil habitantes até 2019”. O acordo, se colocado em prática, “permitirá a disponibilidade do sinal digital da TV Brasil para 120 milhões de brasileiros” (Conselho Curador, 2015b: 3).

A crítica à contratação de profissionais “pró-PT”, destacada pela Folha de S. Paulo, evidencia um desconhecimento sobre os princípios que norteiam a comunicação pública e que tratam também do pluralismo – que pressupõe pluralidade ideológica –, uma vez que não existe ausência ideológica; ser autônoma não significa ser livre de ideologias, mas contemplá-las.

Em abril de 2016, o Conselho Curador recomendara o equilíbrio ideológico em fontes jornalísticas (Crispi, 2016). No entanto, ainda no texto, de acordo com Ricardo Melo, na condição então de diretor de Jornalismo da EBC, embora o convite a especialistas com posições opostas ao do governo de plantão tenha sido realizado, foi negado pelos convidados: “estamos abertos, somos uma tribuna aberta. O que não estamos fazendo é avisar [o público] que convidamos, mas de acordo com determinação do Conselho, vamos passar a fazer”. A solicitação, demonstra, na prática, tentativa pela pluralidade. Naquela ocasião ainda, o conselheiro da EBC, Venício Lima, lembrou que a emissora deveria apresentar um conteúdo equilibrado, mas também oferecer o que não é exibido nas emissoras comerciais.

Tachado de “ilógico” pelo jornal (Wiziack, 2016), o projeto Brasil 4D, na verdade, tem a ver com uma iniciativa a fim de testar interatividade, por meio do ginga, para facilitar e agilizar o dia-a-dia da população – principalmente das classes mais baixas – com informações referentes ao serviço público e direitos e que podem ser acessadas pela tela da televisão.

A interatividade evitaria custos com transporte e alimentação no período que essas pessoas estariam fora de casa, a exemplo de experimentos realizados em 2012, com cem famílias de João Pessoa (PB), beneficiadas pelo Programa Brasil sem Miséria (Magnoni; Cardoso, 2014), e com 350, em 2014, no Distrito Federal (Conselho Curador, 2014), embora a efetividade dessa interação, prometida pelo programa, seja questionável (Passos; Gindre, 2015).

Outro formador de opinião que se mostrou claramente contrário à existência da EBC é o jornalista Lauro Jardim, em seu blog, vinculado ao domínio do site do jornal carioca O Globo, da família Marinho. Segundo texto assinado pelo jornalista Guilherme Amado, “Michel Temer vai transformar a TV Brasil em uma ‘televisão de utilidade pública’, para mostrar ações do governo e ajudar em campanhas de saúde e de mobilização da sociedade” (Amado, 2016).

Esse texto diz ainda que “será abandonada a ideia de fazer uma televisão pública, nos moldes da BBC britânica, como ambicionado no governo Lula — sem o menor vestígio de êxito, ressalte-se”; outro ponto que podemos destacar do texto

é: “Temer quer (...) uma reformulação completa na programação — com um orçamento muito mais enxuto (...) A TV Brasil (...) tem uma audiência estável: não sai do traço. Estima-se que a brincadeira de Franklin⁵ tenha custado até hoje R\$ 6 bilhões”.

Na teoria e na prática, a TV Brasil já é uma emissora com caráter de utilidade pública, que busca expressar a diversidade e o regionalismo brasileiro, com a presença de grupos esquecidos ou marginalizados nas pautas dos noticiários tradicionais (como negros, homossexuais, mulheres, indígenas e sem terras).

Importante mencionar a existência da TV Nacional do Brasil (TV NBR), uma vez que se trata da emissora voltada a mostrar ações do governo. Embora a EBC tenha uma área de prestação de serviço (EBC Serviço), contratada pelo governo federal para fazer coberturas à NBR, a TV Brasil foi criada com outro intuito e não pode ser confundida, trata-se de uma TV do povo para o povo brasileiro (Matos; Hazin, 2008).

Já a afirmação no texto do blog (Amado, 2016) sobre a “ausência de êxito” na tentativa de fazer uma TV pública, refere-se à opinião, sem qualquer embasamento em dados ou fontes; se colocada em prática, a proposta de “abandonar a ideia de fazer uma televisão pública, nos moldes da BBC” vai contra o princípio constitucional da complementaridade dos sistemas público, privado e estatal.

Sobre o argumento de que a “audiência não sai do traço”, trata-se de afirmação similar à utilizada pela matéria da Folha. Essas discussões denotam que alguns formadores de opinião não levam a sério a TV Brasil, por consequência, a democracia, a Constituição e o direito de todos os brasileiros à comunicação pública.

Replicada por vários veículos midiáticos comercial, alternativo e público, como a Agência Brasil e o site de comunicação da Organização das Nações Unidas (ONU) no Brasil, a ONU e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos criticaram, em comunicado, a interferência de Temer na EBC e a substituição ilegal do diretor-presidente da empresa:

Pelas normas internacionais, os Estados devem assegurar que os serviços públicos de radiodifusão tenham um funcionamento independente. Isso significa, fundamentalmente, garantir a sua autonomia administrativa e liberdade editorial. (...) Os peritos justificaram a declaração apontando que a “iniciativa de desenvolver uma emissora pública nacional alternativa com status independente foi um esforço positivo para a promoção do pluralismo na mídia brasileira; em especial, considerando-se os problemas de concentração da propriedade dos meios de comunicação no país. (Brasil..., 2016)

A EBC realizou durante o governo interino uma campanha/propaganda para mostrar sua finalidade e tudo o que tem realizado até hoje em termos de conteúdo, na tentativa de se defender das investidas governamentais e da mídia privada em suas páginas nas redes sociais (EBC, 2016). Ademais da empresa, o Fórum Nacional

pela Democratização da Comunicação (FNDC, 2016) divulgou nota contra a Medida Provisória 744/16 e o desmonte da EBC; além disso, tem atuado em defesa da empresa pública, usando seus canais nas redes sociais.

A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) também defendeu a EBC e o mandato de Ricardo Melo pelos quatro anos previstos por lei em nota (Em defesa..., 2016a) e apresentou denúncia ao MPF contra Temer devido à demissão ilegal que foi arquivada pela Procuradoria Geral da República (PGR), após decisão de Toffoli de reconduzir Melo ao cargo, ainda que o julgamento do processo não tivesse sido finalizado na ocasião (Com recondução..., 2016).

A EBC demonstra a busca pelo compromisso com a sociedade brasileira com os diversos prêmios e reconhecimentos recebidos de organizações renomadas e que evidenciam a qualidade de seus conteúdos, como o Projeto Brasil 4D,⁶ matérias jornalísticas como a série de cinco reportagens sobre a situação de refugiados na América Latina, prêmio concedido pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur) (Leite, 2014) e ao ser a TV brasileira que mais exibiu filmes nacionais em 2015; ao todo, foram 120 (Richard, 2016).

Em nota, a Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública, que é integrada por funcionários da empresa e por movimentos que defendem a democratização da comunicação, lembra que em oito anos, “as equipes de jornalismo da EBC conquistaram ou foram finalistas de diversos prêmios, principalmente pela cobertura de direitos humanos. Entre eles, os prêmios Vladimir Herzog, Líbero Badaró, Tim Lopes, Abdias do Nascimento, Esso e Embratel” (Em defesa..., 2016b). No site da empresa pública, há uma lista de prêmios recebidos pelos veículos geridos pela EBC no decorrer dos anos (EBC, 2007).

Medidas posteriores à MP 744/16, demonstram a continuação da desconstrução da maior experiência de comunicação pública no Brasil até então. Segundo a coluna da jornalista e ex-presidente da EBC, Tereza Cruvinel, no site Brasil 247, há uma negociação, dentro do governo Temer, para retransmissão do canal de caráter educativo e cultural, a TV Cultura, isto é, trocando a grade própria da TV pública nacional pela da emissora estadual (Cruvinel, 2016b).

Em 14 de novembro de 2016, a TV Brasil retransmitiu, no mesmo horário, o programa Roda Viva da TV Cultura, que exibiu uma entrevista com o presidente Michel Temer. Embora o Roda Viva declare-se jornalístico, Temer deixou escapar ao âncora do programa, William Corrêa, em um vídeo postado na conta do jornalista em uma rede social, um agradecimento pelo que chamou de “propaganda”, em referência à concessão de sua entrevista ao programa (Cumprimento..., 2016).

De acordo com Torres (2009), a TV Cultura tem dois obstáculos importantes para sua autonomia como televisão pública: Conselho Curador com cadeiras vitalícias e gestão ligada ao governo do estado de São Paulo. Ainda, Silva e Gobbi (2010) salientam que o corte de orçamento, durante o governo de FHC, levou a emissora a

adotar novo modelo de negócio para se sustentar. A TV Cultura, então, abriu espaço para a publicidade, comprometendo mais ainda a linha editorial.

Para Cruvinel, “será a TV do Temer prestando reverência à TV do Alckmin” (CRuvinel, 2016b). Leal Filho (2015, informação verbal) explicitou a diferença dos mecanismos de controle na linha editorial da TV Brasil e TV Cultura, quando ainda a TV Brasil possuía um Conselho Curador:

O PSDB controla há 20 anos a TV Cultura, através do Conselho, sem nenhuma participação da sociedade. No caso da TV Brasil, você tem um conjunto de conselheiros, bem mais diferenciado, do que da Fundação Padre Anchieta; tem, por exemplo, pessoas como Cláudio Lembo; um grande empresário do sul, Marco Polo, e tem gente da CUT, só pra te dar um exemplo da diversidade maior que existe no Conselho. Eu considero o Conselho da TV Brasil o melhor... Não é o melhor, é o melhor possível que nós temos até hoje em termos de conselhos gestores de 58 emissoras públicas. (...) É mais democrático que o da Fundação Padre Anchieta.

Outra negociação polêmica que deve ser adotada pela nova gestão da EBC é o acordo de cooperação para compartilhamento de conteúdos da TV Globo. O presidente da empresa pública, Laerte Rimoli, esteve no Rio para negociar com a Fundação Roberto Marinho. De acordo com a coluna do Estadão assinada por Andreza Matais e Marcelo de Moraes (Matais; Moraes, 2016), publicada em 04 de novembro de 2016, a justificativa para a negociação era “que a programação é mais barata e de qualidade”. Conforme Rimoli à coluna, “[há intenção em] veicular programas de interesse público e não comercial, que se enquadrem no escopo da TV Brasil, a exemplo de produções exibidas pela TV Futura”.

Enquanto o discurso pelo governo de Temer, não só em relação à EBC (Monteiro, 2016), mas também de qualquer serviço/órgão público é o de contenção de custos, justificado pela crise econômica, de acordo com o *blog* O cafezinho, do jornalista Luiz Carlos Azenha, em matéria assinada por Miguel do Rosário com dados da Secom (Rosário, 2016b), as verbas para empresas de comunicação privada aumentaram de maio a agosto em comparação ao mesmo período do ano anterior, segundo o chamado critério de mídia técnica. A Globo, por exemplo, recebeu 24% a mais em publicidade federal, equivalente a R\$ 15,8 milhões. O grupo Folha/UOL recebeu mais de R\$ 1,1 milhão e a Editora Abril mais de R\$ 380 mil reais no mesmo período; no ano anterior, receberam, respectivamente, pouco mais de R\$ 628 mil e R\$ 52,5 mil .

Em compensação, segundo matéria do jornal Folha de S. Paulo (Governo..., 2016), “o repasse de recursos do governo federal a sites e blogs pró-governo de Dilma Rousseff e pró-PT foi zerado desde junho com a chegada de Michel Temer

à Presidência”. Ainda de acordo com o jornal, “após o afastamento de Dilma da Presidência, em 12 de maio, Temer ordenou um pente-fino na publicidade”.

Nas palavras de Pieranti (2008), trata-se de censura indireta a inserção ou retirada de financiamento (por meio de publicidade comercial e oficial, por exemplo), valendo-se de moeda de troca (uso midiático da influência na opinião pública para favorecimento político em troca de concessões e renovações, injeção publicitárias, isenções, etc.), é a prática antiga do coronelismo de terras reconfigurada em coronelismo eletrônico (Santos; Capparelli, 2005).

Até então, a TV Brasil encabeçava a RNCP. De acordo com Tereza Cruvinel (Cruvinel, 2016b) em coluna ao Brasil 247, “os contratos de rede [RNCP] foram revogados”, medida que contraria o Plano de Trabalho de 2016 da EBC, cuja determinação era “o início da expansão da Rede com multiprogramação e a melhoria do sistema de contribuição e distribuição de sinais digitais no formato HD” (Conselho Curador, 2015b: 47), sendo que a primeira proposta se tratava do grande desafio do ano.

Embora existam pontos questionáveis, essa parceria era fundamental, cuja proposta atendia aos quesitos de pluralidade, regionalismo e diversidade, à medida que compartilhava conteúdos televisivos entre as emissoras parceiras de todo o território brasileiro. Bolão e Brittos (2008: 2-3) explicam que para participar dessa rede pública, “emissoras [devem se comprometer] com um projeto de gestão em que conste um conselho curador não governamental e outras obrigações, como pluralidade jornalística”.

Para Martins (2015), na ocasião da entrevista no cargo de diretor-geral da EBC, a RNCP era considerada estratégica para a TV Brasil: “são excelentes parceiros, também enfrentam grandes dificuldades, especialmente de investimento. (...) trazem conteúdos relevantes de todo o Brasil para a nossa programação e levam nosso sinal para a maior parte da população brasileira”.

Por outro lado, as interferências políticas de cada estado negam-se à transmissão da TV Brasil quando há oposição ao governo federal de turno; existem no país “zonas de sombra” na cobertura da emissora, o que impede a consolidação como televisão pública nacional, prejudicando o acesso e audiência (Leal Filho, 2015). Para ele:

Tem casos absurdos como a TVE do Rio Grande do Sul, por exemplo, que quando é o governo do PSDB, está com a TV Cultura, quando entra o governo do PT, passa a estar com a TV Brasil. Além do PSDB, também o PMDB, voltou a ser a TV Cultura de São Paulo. Como é que uma TV pública, que se pretende nacional, como a TV Brasil, pode ficar ao sabor dessas circunstâncias políticas locais? (...) O outro problema são parcerias que são feitas não para que a emissora parceira coloque as 24 horas da programação, pode colocar 12h,

(...) 8h, algumas acho que podem colocar 4h. Então a pessoa está assistindo à TV Brasil e de repente sai do ar o sinal. (...) Isso impede que se consolide a TV Brasil como uma TV pública nacional. Ela tinha que ter seu sinal próprio, em todo o país (...) ao lado das emissoras comerciais. (...) Da forma como está ainda não é a alternativa real. (...) Eu acho que não adianta jogar toda a energia e dinheiro numa programação de alta qualidade se as pessoas não tem como assistir, principalmente a grande maioria da população que não tem TV a cabo. (...) O governo federal é um concessionário, então ele pode outorgar concessões para a TV Brasil em todo o país. Como ele outorga pra Globo, a Globo têm concessionárias, por que torna pra Globo e não torna pra TV Brasil? Não tem sinal? Abre um sinal, tem que outorgar. (...) Enfim, é uma decisão política. (Leal Filho, 2015, informação verbal)

Fundamental quando falamos de comunicação pública, é falar de regulação, ou no caso do Brasil, de seu anacronismo, que não contempla as demandas de democratização atuais. Embora seja prática em países com capitalismo consolidado, caso dos Estados Unidos e Inglaterra, no Brasil qualquer tentativa de discussão do assunto é interrompida por interesses de meios de comunicação privados, bradada como censura e ataque à liberdade de expressão e de imprensa.

Na realidade, sem a regulação dos princípios constitucionais sobre o capítulo da Comunicação Social no país - que, se existisse, originaria equilíbrio de vozes, portanto o pluralismo, a diversidade e a visibilidade desses discursos -, o que presenciamos no Brasil é a liberdade de expressão unilateral, resultado da sobreposição da liberdade de empresa, de um oligopólio midiático com discurso único de poucos, à liberdade de imprensa e de expressão, que deveriam ser direitos de todos (Pieranti, 2008). A liberdade de Imprensa deveria estar em conformidade com os direitos universais e não com a lógica capitalista excludente de livre mercado. Afinal, concorrência de mercado não significa pluralidade ideológica.

Ou seja, a ausência de regulação é que garante censura de setores não hegemônicos, a prevalência de privilégios e de interesses privados aos públicos. Os desmandos e desmontes na EBC são uma evidência dos prejuízos causados à democracia e ao direito à informação e comunicação de um contexto desregulado.

É a regulação que deve garantir e fiscalizar a democratização da comunicação de massa no país, em todos os níveis, inclusive acerca da mídia pública, visto que “expressar-se, em suma, não basta; é preciso garantir mecanismos para ser ouvido” (Pieranti, 2008: 139). A importância e a coexistência da regulação midiática e do pluralismo com uma mídia pública são temas defendidos por Vogel (2013), que os definem como “pluralismo regulado”, avaliando-os como propostas mais democráticas para resolver o impasse da comunicação social no contexto brasileiro.

Considerações finais

A história da comunicação pública brasileira se desenvolvia, nos últimos dez anos, materializada na EBC, tendo seu principal expoente a TV Brasil – a primeira proposta nacional de televisão pública —, em um ritmo relativamente constante, apesar da diminuição dos repasses do Tesouro para o financiamento da empresa pública e os questionamentos quanto à ingerência governamental desde sua implantação.

O início do governo interino de Michel Temer, a consolidação do processo de *impeachment* que tirou Dilma Rousseff da Presidência da República e a publicação da MP 744/16 e da Lei 13.417/17, em um contexto de anacronismo regulatório da radiodifusão, foram divisores de água, não só daquela, senão, em última instância, da história da Comunicação Social no Brasil e da democracia brasileira, com as tentativas de desmonte da EBC.

As consequências mais graves desse processo, nesse setor, estão relacionadas à descaracterização da EBC como empresa pública e do descumprimento do Artigo 223 do texto constitucional, que estabelece a complementaridade dos sistemas público, privado e estatal. Isso se deu a partir da extinção do Conselho Curador da EBC e das manobras para troca do comando diretivo, com o aumento da possibilidade de ingerências do governo na gestão e linha editorial, comprometendo, assim, a qualidade dos conteúdos produzidos e veiculados. Afinal, como ter liberdade para fiscalizar o poder se o poder a fiscaliza?

Tratam-se de medidas anticonstitucionais e antidemocráticas, que afetam diretamente o cidadão brasileiro em seu Direito Humano fundamental pela Informação e Comunicação plural, diversa e regional, na figura da mídia pública. Em outras palavras, a desconstrução da EBC vai contra os preceitos legais para fomentar a democratização da comunicação e da informação, que teriam como intuito o equilíbrio do sistema comunicacional brasileiro, historicamente dominado pela unilateralidade de discursos da imprensa comercial.

Outro indicativo desse desmonte é a sinalização de redução do financiamento, da compra de conteúdos da Globo e de retransmissão da grade da TV Cultural pela TV Brasil. Esses processos demonstram: primeiro, o desinteresse do governo de Temer pelas conquistas aviltadas nos últimos anos pela EBC, como a própria RNCP, grande e plural, e o descaso pelo estímulo a aperfeiçoamentos; segundo, o fortalecimento do maior conglomerado de mídia brasileira, a Rede Globo, ao favorecer e reforçar sua dominação política, econômica, cultural e social, por meio do agendamento midiático, a partir do aumento de retransmissão; e, por último, o fortalecimento de um discurso político semelhante, a partir da troca entre aliados políticos, caso da retransmissão da TV Cultura. Essa relação entre Rede Globo e TV Cultura com a TV Brasil revela tentativas de controle, por meio de influência na opinião pública, a fim de atender a interesses próprios de lucro, poder e privilégios.

Movimentos pela democratização da mídia, encabeçados por órgãos como FNDC, Intervezes, Fenaj e Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública oferecem, recorrentemente, à população, informações, dados e avaliações quanto aos retrocessos e avanços do setor. No entanto, ainda é escasso o conhecimento e, que dirá, o debate do assunto na esfera pública, uma tarefa coletiva, que abrange todos os setores políticos e sociais.

É imprescindível a noção da importância da comunicação pública pelos brasileiros para que lutem por ela, reconhecendo na pluralidade a sua própria inclusão e a possibilidade de oferecer novos e velhos conteúdos, com diferentes perspectivas, a partir da diversidade de fontes de informação. A pluralidade e diversidade são correspondentes ao Estado Democrático de Direito, para ampliar o debate, a cidadania e a equidade, na luta contra o atraso histórico em nível social, político, econômico e cultural, mantido pelo *status quo* de uma sociedade historicamente autoritária e desigual como a brasileira.

É urgente a luta pelo retorno da autonomia na gestão da EBC e de um Conselho Curador respaldado pela lei, que atue energicamente, independentemente de governos e partidos políticos, a fim de impedir tentativas de influência de qualquer espécie.

E, mais do que nunca, é necessário que comunicólogos tenham em mente a relevância do prosseguimento de pesquisas sobre a temática no Brasil: sejam sobre o marco de referência que se tornou a EBC desde sua criação, sejam sobre proposições de um sistema público de comunicação – uma vez que, ressalte-se, é um direito, está prevista na Constituição 88, vai ao encontro das melhores práticas internacionais, é basilar na consolidação do regime democrático –, com a continuidade ou não da EBC.

Maria Cristina Gobbi

Professora da Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Doutora em Comunicação (Universidade Metodista de São Paulo)

Jéssica Monteiro de Godoy

Mestra em Comunicação (Unesp)

Thiago de Souza Navarro

Graduado em Jornalismo (Unesp)

Recebido em outubro de 2017.

Aprovado em agosto de 2018.

Notas

1. British Broadcasting Corporation.
2. Public Broadcasting Service.
3. Jargão jornalístico que significa que determinado jornalista ou veículo defende os interesses do governo de turno.
4. Jargão jornalístico que significa que a fonte foi ocultada da matéria para sua preservação, situação permitida dentro da lei para o exercício jornalístico.
5. Franklin Martins, jornalista, foi ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social (Secom), entre 2007 e 2010, no segundo mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na época, a Secom possuía status de Ministério.
6. Premiado com o Troféu SET 2013 no Congresso da Sociedade de Engenharia de Televisão, também no Fundo Regional para a Inovação Digital na América Latina e no Caribe, na categoria Criação e Desenvolvimento de Capacidades e Conteúdos para o Desenvolvimento Humano Sustentável e, em Nova York, recebeu menção de La Cumbre TV Abierta 2013 (Magnoni; Cardoso, 2014)

Referências

- AMADO, G. Temer vai acabar com a TV Brasil como ela é hoje. Blog Lauro Jardim/Jornal O Globo. [S.l.], 15 mai. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/c6QTJs>>. Acesso em: 14 nov. 2016.
- AMÉRICO Martins assume presidência da EBC e Nelson Breve vai para a Secom. Portal Imprensa, [S.l.], 25 jun. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/QhjCxL>>. Acesso em: 17 nov. 2016.
- ARAÚJO, E. Sistema público de comunicação: o Brasil na contramão da história. FNDC, [S.l.], 29 out. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/7WfNu1>>. Acesso em: 15 nov. 2016.
- BARBOSA, M.; RIBEIRO; A. P. G. Telejornalismo na Globo: vestígios, narrativa e temporalidade. In: BOLAÑO, C. R. S.; BRITTOS, V. C. *Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia*. São Paulo: Paulus, 2005, p 205-222.
- BERGAMO, M. Temer nomeia jornalista ligado à Cunha e ao PSDB para a EBC. Coluna Mônica Bergamo/Jornal Folha de S. Paulo, [S.l.], 20 mai. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/FOD8FF>>. Acesso em: 14 nov. 2016.
- BOLAÑO, C. Entrevista César Bolaño: depoimento [03 jun. 2015]. Entrevistador: Jéssica Monteiro de Godoy. Bauru (SP) – São Cristóvão (SE): ligação via Skype, 2015. 1 arquivo .mp3 (27min e 20s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta monografia e no relatório de Iniciação Científica financiado pela Fapesp de mesmo título e autoria.
- BOLAÑO, C.; BRITTOS, V. C. TV pública, políticas de comunicação e democratização: movimentos conjunturais e mudança estrutural. In: Grupo de Trabalho (GT) Economia política e políticas de comunicação, *XVII Encontro da Compós*, 2008,

São Paulo. Anais XVII Encontro da Compós São Paulo, 2008, p. 1-13.

BRASIL. Lei Orçamentária Anual (LOA) 2017. Ministério do Planejamento. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2017/red_final/Volume_IV.pdf>. Acesso em: 19 set. 2017.

BRASIL: Relatores da ONU e OEA sobre liberdade de expressão alertam para interferências na EBC e na CGU. ONUBR Nações Unidas no Brasil, [S.l.], 24 jun. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/du98s3>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

BUCCI, E. É possível fazer televisão pública no Brasil? *Novos Estudos CEBRAP* (Impresso), v. 88, p. 5-18, 2010.

BURINI, D. *TV Brasil: Uma Emissora Pública em construção: ações e controvérsias 2007-2010*. 2010. Tese (Doutorado). Universidade Metodista de São Paulo, UMESP, São Paulo, 2010.

CARVALHO, J. M. *Televisão pública no Brasil: um estudo de caso da TV Brasil e as características de um sistema público de comunicação*. 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – FAAC – UNESP, sob orientação do Prof. Dr. Juliano Maurício de Carvalho.

CENSURA e sucateamento: a comunicação pública agoniza. *Intervozes*. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/censura-e-sucateamento-a-comunicacao-publica-agoniza>>. Acesso em: 19 set. 2017.

CHAGAS, P.V. Conselho curador se manifesta contra mudanças na direção da EBC. Agência Brasil, Brasília, 14 mai. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/VlwopV>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

COM RECONDUÇÃO do presidente da EBC ao cargo, MPF arquiva ação da FENAJ. Fenaj, [S.l.], 23 jun. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/xvNfem>>. Acesso em: 13 nov. 2016.

CONSELHO CURADOR. Plano de Trabalho 2013 EBC. EBC, Brasília, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/WnslkG>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

_____. Plano de Trabalho 2014 EBC. EBC, Brasília, 2014. Disponível em: <http://conselhocurador.ebc.com.br/sites/_conselhocurador/files/plano_de_trabalho_2014_co_mpleto_-_com_resolucao_do_cc.pdf>. Acesso em: 14 out. 2014.

_____. Plano de Trabalho 2015 da EBC. EBC, Brasília, 2015a. Disponível em: <http://conselhocurador.ebc.com.br/sites/_conselhocurador/files/resolucao_02_2015_-_aprovacao_do_plano_de_trabalho_2015_com_o_plano.pdf>. Acesso em 03 abr. 2015.

_____. Plano de Trabalho 2016 da EBC. EBC, Brasília, 2015b. Disponível em: <http://conselhocurador.ebc.com.br/sites/_conselhocurador/files/parte_2_-_plano_de_trabalho_2016_-_conselho_curador_-_01.12.2015.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2016.

CRISPI, P. Conselho aprova recomendação para garantir equilíbrio de fontes no jornalismo da EBC. EBC Institucional, [S.l.], 22 abr. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/NkvQjG>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

CRISTINA, L. Américo Martins deixa presidência da EBC. Agência Brasil, Brasília, 02 fev. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/SBDdbg>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

CRUVINEL, T. Tereza Cruvinel denuncia macarthismo na EBC. Coluna Tereza Cruvinel/Brasil 247, [S.l.], 23 mai. 2016a. Disponível em: <<https://goo.gl/aYi2jN>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

CRUVINEL, Tereza. TV Brasil deixa de ser pública e vai retransmitir a TV Cultura. Coluna Tereza Cruvinel/Brasil 247, [S.l.], 19 set. 2016b. Disponível em: <<https://goo.gl/yvIScF>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

“CUMPRIMENTO vocês por mais esta propaganda”. Parlatório – blog de Política da redação da revista Carta Capital. [S.l.], 16 nov. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/DSZrPc>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

DILMA nomeia jornalista Ricardo Melo como presidente da EBC. Folha de S. Paulo, Brasília, 04 mai. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/0ka44X>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

EBC. Prêmios. [2007?]. Disponível em: <https://goo.gl/4L4VMZ>. Acesso em: 17 nov. 2016.

EBC. facebook.com.br/EBC na Rede. 23 jun. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/qPNYZq>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

EBC rescinde contrato com sete jornalistas e comentaristas. Folha de S. Paulo, Brasília, 29 set. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/tVPTz6>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

EM DEFESA da EBC, uma empresa pública de comunicação. Fenaj, Brasília, 15 mai. 2016a. Disponível em: <<https://goo.gl/CBF0ib>>. Acesso em: 13 nov. 2016.

EM DEFESA da Empresa Brasil de Comunicação e da Comunicação Pública. Frente em defesa da EBC e da Comunicação Pública, Brasília, 17 mai. 2016b. Disponível em: <<https://goo.gl/izWP5k>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

GARCIA, G.; CALGARO, F.; MATOSO, F.; LIS, L.; RODRIGUES, M. Senado aprova impeachment, Dilma perde mandato e Temer assume. G1, Brasília, 31 ago. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/j4K1WI>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

GODOY, J. M. Uma mirada em dois projetos e concepções sul-americanas de TV pública digital. Análise comparativa entre TV Brasil e Canal 7 Argentina. 2015. Iniciação Científica (Fapesp) – FAAC – Unesp, sob orientação Prof. Dr. Antônio Francisco Magnoni.

GOVERNO Temer suspende repasse a blogs pró-PT. Folha de S. Paulo, Brasília, 29 nov. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/eZjZ3U>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

LEAL FILHO, L. Entrevista Laurindo (Lalo) Leal Filho: depoimento [02 jun. 2015]. Entrevistador: Jéssica Monteiro de Godoy. Bauru (SP) – São Paulo (SP): ligação via Skype, 2015. 1 arquivo .mp3 (1h e 4min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice D da monografia e relatório de Iniciação Científica financiado pela Fapesp de título “Uma mirada em dois projetos e concepções sul-americanas de TV pública digital. Análise comparativa entre TV Brasil e Canal 7 Argentina”, autoria de Jéssica Monteiro de Godoy.

LEITE, P. TV Brasil recebe prêmio Acnur pela série “Refugiados na América Latina”. Repórter Brasil/TV Brasil, Brasília, 02 dez. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/uNbV1w>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

MAGNONI, A. F.; CARDOSO, V. L. A TV Brasil e o projeto de criação de um Sistema Nacional de Retransmissão de Televisão Pública Digital (STPD). 2014.

Congreso Convergencia de Pantallas, Diversidad de Visiones II Congreso Nacional de Investigadores de la Comunicación – SEICOM.

MALTCHIK, R.; DAMÉ, L. Tereza Cruvinel deixa EBC e diz que foi vítima de um processo de desqualificação pelo Conselho Curador. O Globo, [S.l.], 31 out. 2011. Disponível em: <https://goo.gl/2b0o9d>. Acesso em: 17 nov. 2016.

MARTINS, A. Entrevista Américo Martins: depoimento [08 jul. 2015]. Entrevistador: Jéssica Monteiro de Godoy. Bauru (SP) – Brasília (DF): e-mail, 2015. Entrevista anexa ao corpo do e-mail. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice E da monografia e relatório de Iniciação Científica financiado pela Fapesp de título “Uma mirada em dois projetos e concepções sul-americanas de TV pública digital. Análise comparativa entre TV Brasil e Canal 7 Argentina”, autoria de Jéssica Monteiro de Godoy.

MATAIS, A.; MORAES, M. de. EBC negocia utilizar conteúdo produzido pela Globo. Blog Coluna do Estadão Andreza Matais e Marcelo de Moraes, [S.l.], 04 nov. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/pHPYgF>. Acesso em: 15 nov. 2016.

MATOS, J. M. de B.; HAZIN, M. H. TV Pública do Brasil e a efetividade do direito fundamental à informação. In: Congresso Latino-Americano de Direitos Humanos e Pluralismo Jurídico, 2008, Florianópolis. Anais do Congresso Latino-Americano de Direitos Humanos e Pluralismo Jurídico. Florianópolis: Editora Dom Quixote, 2008.

MONTEIRO, T. Após demitir Ricardo Melo, Temer prepara MP para mudar regras de nomeação na EBC. Estadão, [S.l.], 19 mai. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/ulp1GB>. Acesso em: 17 nov. 2016.

OLIVEIRA, M. Toffoli ordena retorno de presidente da EBC exonerado por Temer. G1, Brasília, 02 jun. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/koAiAC>. Acesso em: 17 nov. 2016.

PEREIRA, S. (Org.). Sistema Público de Comunicação no Brasil: as conquistas e desafios. Observatório do Direito à Comunicação, dez. 2009.

PIERANTI, O. P. Censura versus regulação de conteúdo: em busca de uma definição conceitual. In: MARTINS, P. E. M.; SARAIVA, E.; PIERANTI, O. P. Democracia e regulação dos meios de comunicação de massa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 129-142.

PIMENTEL, C. Ricardo Melo entra com ação no STF para garantir mandato de presidente da EBC. Agência Brasil, Brasília, 17 mai. 2016a. Disponível em: <https://goo.gl/XImoyz>. Acesso em: 15 nov. 2016.

PIMENTEL, C. Toffoli cassa liminar e Ricardo Melo deixa a presidência da EBC; Rimoli reassume. Agência Brasil, Brasília, 08 set. 2016b. Disponível em: <https://goo.gl/wjiYVX>. Acesso em: 14 nov. 2016.

PRIMEIRA Medida Provisória de Temer reduz de 32 para 23 o número de ministérios. Agência Senado, Brasília, 16 mai. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/3z0xNw>. Acesso em: 11 nov. 2016.

REPÚDIO ao desmonte da EBC pelo governo Temer. FNDC, Brasília, 02 set. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/e79Fws>. Acesso em: 17 nov. 2016.

RIBEIRO, L.; MONTEIRO, T.; PERÓN, I. O Estado de São Paulo, Brasília, 20 mai. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/VaMBVk>. Acesso em: 15 nov. 2016.

RICHARD, I. TV Brasil é a emissora que mais exhibe filmes nacionais, diz Ancine. Agência Brasil, Brasília, 18 jun. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/7Bxhp0>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

ROSARIO, M. Mais um golpe contra a EBC: governo Temer demite Paulo Moreira Leite e institucionaliza a censura. Blog O Cafezinho, [S.l.], 26 mai. 2016a. Disponível em: <<https://goo.gl/ABlQFG>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

ROSARIO, M. Temer inicia trem da alegria para a mídia do golpe. Repasses federais à Folha crescem 78%. Blog O Cafezinho, [S.l.], 01 out. 2016b. Disponível em: <<https://goo.gl/BM4Uv0>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

SAID, E. W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

SANTOS, S.; CAPPARELLI, S. Coronelismo, Radiodifusão e Voto: a nova face de um velho conceito. In: BRITTOS, V. C.; BOLAÑO, C. R. S. (Orgs.). *Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia*. São Paulo: Paulus, 2005.

TV BRASIL. Programas. Disponível em: <<http://tvbrasil.etc.com.br/programas>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

SILVA, D. M. F.; GOBBI, M. C. Cenários e desafios da digitalização para TVs públicas. In: GOBBI, Maria Cristina; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. (Orgs.). *Televisão digital: informação e conhecimento*. 1ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, v. 1, p. 179-198.

VOGEL, L. H. *A Comunicação Social na Constituição de 1988 e a concentração da mídia no Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013.

WIZIACK, J. Temer pretende reduzir atuação da EBC e fechar a TV Brasil. Folha de S. Paulo, São Paulo, 17 jun. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/3b9PKw>>. Acesso em: 13 nov. 2016.

Resumo

A instabilidade, conferida previamente pela Lei 11.652/08, que consolidou a criação da EBC e possibilitava ingerências na empresa pública, bem como por um contexto de anacronismo regulatório do setor, já definia como incerto o caminho da comunicação pública brasileira. Com o início do governo de Michel Temer (PMDB) no Brasil, após abertura de um processo polêmico de impeachment na Câmara Federal, em abril de 2016, e sua consolidação no Senado, em agosto, a EBC, especialmente na figura da TV Brasil, viu-se ainda mais ameaçada. O processo de desmonte ganhou fôlego com a Medida Provisória 744/16, assinada em setembro e consolidada pela Lei 13.417/17, em vigência desde março. Considerando esse cenário, assim como a premissa da comunicação pública como princípio constitucional e sua implantação correspondente às melhores práticas estrangeiras, a discussão da temática é mais que necessária, é urgente.

Palavras-chave

EBC. TV Brasil. Comunicação pública. Medida Provisória 744/16, Lei 13.417/17. Michel Temer.

Abstract

The instability, previously conferred by Law 11.652 / 08, which consolidated the creation of the EBC and allowed interference in the public company, as well as a context of regulatory anachronism in the sector, already defined as uncertain the path of Brazilian public communication. With the beginning of the government of Michel Temer (PMDB) in Brazil, after opening a controversial impeachment process in the Federal Chamber in April 2016 and its consolidation in the Senate in August, EBC, especially in the figure of TV Brasil, was even more threatened. The dismantling process gained momentum with Provisional Measure 744/16, signed in September and consolidated by Law 13.417 / 17, in force since March. Considering this scenario, as well as the premise of public communication as a constitutional principle and its implementation corresponding to the best foreign practices, the discussion of the subject is more than necessary, it is urgent.

Keywords

EBC. TV Brasil. Public communication. Provisional Measure 744/16, Law 13.417/17. Michel Temer.